



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005353-33.2015.8.26.0566/01**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Espécies de Contratos**
 Exequente: **Banco Mercantil do Brasil S/A**
 Executado: **André Maruan Taha**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de cumprimento de sentença intentado por **Banco Mercantil do Brasil S/A** em face de **André Maruan Taha**. Requereu a intimação do executado para o pagamento do débito no montante de R\$19.916,34.

Juntou documentos às fls. 02/04, com emenda à inicial à fl. 09.

Determinada a intimação do executado por edital, nos termos do art. 513, §2º, inciso IV, do CPC (fl. 6).

Citado por edital (fls. 19/20) o executado ofertou impugnação ao cumprimento de sentença (fl. 29) por negativa geral, através de Curador Especial.

Manifestação do exequente à fl. 33.

É o relatório.

Fundamento e Decido.

Discute-se o valor do crédito, sobre o qual se desdobra a execução judicial.

Diante da intimação do executado por edital, a Defensoria Pública do Estado foi devidamente cientificada para atuar como curadora especial, nos termos do art. 72, inciso II, do NCPC e apresentou contestação por negativa geral, deixando de apresentar embargos, por entender que ausentes elementos que embasassem sua oposição.

Verifico que não houve qualquer alegação que pudesse atingir a exigibilidade do título executivo judicial. Nos termos do art. 525, §1º, do CPC:

Na impugnação, o executado poderá alegar:

- I - falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia;
- II - ilegitimidade de parte;
- III - inexecutabilidade do título ou inexigibilidade da obrigação;
- IV - penhora incorreta ou avaliação errônea;
- V - excesso de execução ou cumulação indevida de execuções;
- VI - incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

VII - qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença.

Assim, não tendo a presente impugnação, se enquadrado em qualquer das hipóteses legais, de rigor a sua rejeição.

A planilha apresentada pelo impugnado à fl. 2, utiliza os parâmetros determinados na sentença, sendo que, à falta de impugnação fica reconhecida.

Ante o exposto, **REJEITO** a impugnação.

Descabida a fixação de honorários, de acordo com a Súmula 519, do Colendo Superior Tribunal de Justiça: "Na hipótese de rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença, não são cabíveis honorários advocatícios".

Prossiga-se com o cumprimento de sentença, requerendo o exequente o que de direito.

P.I.

São Carlos, 27 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**